

# Bibliografia comentada sobre gênero e educação

205

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015*. Brasília, 2013. 114 p. Disponível em: <<http://spm.gov.br/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>>.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) 2013-2015 está organizado em dez capítulos: Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica; Educação para igualdade e cidadania; Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social; Direito a terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta; Cultura, esporte, comunicação e mídia; Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; e Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência. A III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em dezembro de 2011, teve 200 mil participantes em todo o Brasil e 2.125 delegadas na etapa nacional; em consequência, o atual PNPM inseriu as temáticas de gênero em diversas frentes do governo.

CARREIRA, Denise (Coord.). *Informe Brasil: gênero e educação*. Ed. rev. São Paulo: Ação Educativa, 2013. 115 p. Disponível em: <[http://www.acaoeducativa.org.br/images/stories/pdfs/gen\\_educ.pdf](http://www.acaoeducativa.org.br/images/stories/pdfs/gen_educ.pdf)>.

Estudo produzido no âmbito da Campanha Educação Não Sexista e Antidiscriminatória (<http://educacion-nosexista.org>), que é uma articulação plural de organizações e pessoas da sociedade civil latino-americana em defesa dos direitos humanos e por uma educação pública, laica e gratuita para todas e todos. Coordenada pelo Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), a Campanha está presente em 14 países, buscando dar visibilidade aos desafios das relações sociais e de gênero na garantia do direito humano à educação. O *Informe* brasileiro integra o *Informe* Regional da Campanha.

CARVALHO, Marília. Gender and Education: a view from Latin America. *Gender and Education*, v. 26, n. 2, p. 97-102, 2014. DOI: 10.1080/09540253.2014.899122. <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09540253.2014.899122?tokenDomain=eprints&tokenAccess=yuQU3JNVWZdGGrNbTSkx&forwardService=showFullText&doi=10.1080%2F09540253.2014.899122&journalCode=cgee20>>.

A revista *Gender and Education* publica artigos considerados referências-chave nesse campo, mas atualmente ela tem pouca relação com os Estudos de Gênero produzidos na América Latina. Para entender esse fato, todos os títulos e resumos dos números publicados de 2011 a 2013 foram lidos, constatando-se que foram publicados 114 artigos originais e, dentre eles, apenas quatro eram sobre a América Latina. Alterar essa situação demanda ações específicas, inclusive as que o Conselho Editorial já está planejando. Contudo, a leitura feita revelou muitas outras questões que devem ser analisadas no contexto da divisão Norte/Sul do trabalho intelectual. Somente uma delas é analisada pela autora: o fato de os artigos referentes aos países do Sul global muitas vezes identificarem sua origem nos títulos, o que é raro nos artigos sobre os países centrais. Uma sugestão aparentemente simples é apresentada: que os autores se questionem sobre quão compreensíveis as suas ideias são para os leitores de outras partes do mundo.

FERRARO, Alceu Ravanello. Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 505-526, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n2/a06v36n2.pdf>>.

O artigo apresenta os resultados de um experimento de articulação das dimensões gênero, raça e classe social no estudo da dinâmica da escolarização no Brasil, com base nos microdados do *Censo Demográfico 2000*. O nível de escolarização é medido por meio da média de anos de estudo realizados com aprovação pela população de 10 anos ou mais. O estudo evidencia que essas três dimensões

produzem efeitos que não podem ser simplesmente adicionados, porque obedecem a lógicas distintas. À medida que se passa das gerações mais velhas para as mais novas, as mulheres passam da condição de inferioridade à de superioridade em termos de média de anos de estudo, ao passo que a população negra mantém-se em posição de inferioridade em relação à população branca, em todas as idades, embora com alguma redução no nível de desigualdade. Por sua vez, as desigualdades educacionais relacionadas com as diferentes posições na ocupação, tomadas aqui como indicadores de classe, aparecem como as mais acentuadas, e isso tanto na população masculina como na feminina, tanto na população branca como na negra. O texto reforça, assim, a importância e a viabilidade de se articular, no estudo da escolarização, as dimensões gênero, raça e classe social, como recomendado pela literatura sobre a questão.

FRANÇA, Fabiane Freire. *Representações sociais de gênero e sexualidade na escola: diálogo com educadoras*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, 2014. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/teses/2014%20-%20Fabiane%20Freire.pdf>>.

O objetivo da pesquisa foi investigar a repercussão de uma intervenção pedagógica na modalidade de círculo dialógico sobre as representações sociais de gênero de professoras e funcionárias de uma escola da rede pública da cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná. A fundamentação teórica baseou-se nos Estudos de Gênero e na Teoria das Representações Sociais. No estudo empírico, foram realizadas observações participantes e intervenção pedagógica, organizada como círculo dialógico em oito encontros com 18 participantes. Constatou-se que o contato das participantes da pesquisa com representações sociais diferentes das suas permitiu problematizar suas ideias e práticas pedagógicas e cotidianas sobre gênero, bem como construir outras ancoragens e objetivações. Por um lado, as representações das participantes estavam ancoradas em discursos hegemônicos de que a mulher deve ser obediente e comportada, enquanto homens são racionais e estão autorizados a assumir o poder; de outro lado, representações contraditórias em que mulheres assumem o poder em espaços públicos e privados e requerem seus direitos.

PRINCIPIOS de Yogyakarta [sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero] 2006. Disponível em: <[http://www.clam.org.br/pdf/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf)>. Acesso em: 9 out. 2014.

Em novembro de 2006, um grupo de especialistas em direitos humanos e de ativistas envolvidos/as com o debate sobre sexualidade – em especial os direitos de lésbicas, gays, transgêneros, travestis e pessoas intersexuais – reuniram-se na Universidade de Gadjah Mada, em Yogyakarta, na Indonésia. Esse encontro tinha

como objetivo produzir um documento de referência para guiar a aplicação da lei internacional de direitos humanos às situações de violação de direitos, discriminação e estigma às quais estão submetidas pessoas cujas orientação sexual e identidade de gênero divergem da norma heterossexual dominante nas sociedades. O evento constituiu uma etapa importante na trajetória de construção dos direitos sexuais como direitos humanos. No documento não se mencionam, em nenhum momento, os termos mulher, homem, gay, lésbica, transgênero, travesti, intersexo. O texto foi construído a partir de uma lógica que busca se distanciar de uma política de identidade que fixa os sujeitos de direitos nos seus corpos para enfatizar as circunstâncias de violação e discriminação. Os Princípios de Yogyakarta foram lançados no Brasil em 27 de agosto de 2007.

REDE EX AEQUO – ASSOCIAÇÃO DE JOVENS LGBTs. *Observatório de Educação LGBT: relatório sobre homofobia e transfobia 2012*. Lisboa, 2013. Disponível em: <<https://www.rea.pt/imgs/uploads/doc-observatorio-educacao-2012.pdf>>.

Relatório bianual do Observatório de Educação LGBTs sobre discriminação em função da orientação sexual e/ou da identidade ou expressão de gênero no espaço escolar de Portugal. O Observatório, por meio de um formulário *online*, dá voz a vítimas ou testemunhas e reporta as situações de discriminação, de qualquer tipo, respeitantes ao tema da orientação sexual e identidade de gênero que tenham ocorrido em estabelecimentos escolares em Portugal. De dois em dois anos, desde 2006, as queixas recebidas são tratadas e encaminhadas ao Ministério da Educação, de modo a que o Estado possa ter maior consciência dos problemas de agressão psicológica e/ou física sofrida por jovens, professores e funcionários, assim como das ocorrências de veiculação de informação incorreta, preconceituosa e atentatória dos direitos humanos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneras, no espaço escolar.